



O Impacto da crise político-econômica brasileira no Observatório Social de São José

Resumo: A presente pesquisa é um estudo de caso que tem como objetivo demonstrar a importância do Observatório Social para os cidadãos josefenses e qual é a dificuldade de se manter em funcionamento, principalmente atravessando uma crise financeira e política nos últimos anos. Com isso, analisar o relatório das atividades do observatório, bem como suas demonstrações contábeis, demonstrando o impacto da crise político-econômica para entidade e ainda, como foram os primeiros anos de sua existência. O Observatório que é uma instituição sem fins lucrativos, iniciou seus trabalhos no ano de 2011 com poucos voluntários, mas ao longo da sua continuidade foi agregando mais pessoas e com isso, aumentando o apoio da população e contribuição para a sociedade em geral. O método de pesquisa utilizado é documental, descritiva com uma análise qualitativa. Pode-se destacar a análise de suas demonstrações contábeis da instituição assim como seu relatório de atividades. Com isso, foi conhecido como funcionam as atividades realizadas, bem como as suas duas formas de doações (via depósito em conta corrente ou via transferência bancária) e as formas de se voluntariar para fazer parte do Observatório Social de São José. Assim, demonstrando como a entidade auferiu a sua receita ao longo dos anos e ao final, demonstrando como o observatório se manteve em funcionamento mesmo enfrentando uma crise político-econômica no país.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Observatório Social de São José. Instituição sem fins lucrativos.

1-Introdução

No Brasil existem inúmeras instituições sem fins lucrativos, que são definidas como pessoas jurídicas de direito privado. As organizações religiosas, partidos políticos e associações são mais conhecidas atualmente. Além dessas citadas, ainda se enquadram nesta característica as fundações e as empresas individuais de responsabilidade ilimitada.

As entidades de terceiro setor se enquadram nesta característica de entidades sem fins lucrativos. Para explicitar a existência destes três setores, eles são definidos como: O Primeiro Setor é o governo, o Segundo setor é o mercado e o terceiro setor como já visto, são entidades sem fins lucrativos.

A respeito disso, Santos (2012, pg.14):

O Primeiro Setor é o poder público (governo) que é responsável pelas questões sociais. O Segundo Setor corresponde à iniciativa privada com fins lucrativos e o Terceiro Setor é aquele que atua exclusivamente com preocupações e práticas sociais, executam atividades sem fins lucrativos e promovem a geração de bens e





serviços de caráter público.

Assim, as entidades do terceiro setor têm uma importância significativa para a sociedade, pois elas atendem necessidades que o poder público não consegue suprir, como por exemplo, a inclusão esportiva nos bairros. Mesmo com a sua grande importância para a sociedade, as entidades têm dificuldades para se manterem, razão que sua principal renda seja advinda de doações. Desta forma, Observatório Social de São José se enquadra como sendo uma entidade de terceiro setor.

Os observatórios sociais estão presentes em grande parte do Brasil, dos 26 estados e os distritos federais, eles figuram em 16 estados, sendo ao todo 133 observatórios. Vale destacar os estados de Santa Catarina e Paraná que possuem 26 e 33 observatórios em seus estados, respectivamente (OSSJ, 2018). Ou seja, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado de Santa Catarina tem um total de 295 municípios, assim percentualmente tem 11,35% Observatórios sociais em relação ao total de municípios do estado e já o estado do Paraná tem um total de municípios de 399, desta maneira percentualmente o estado tem 12, 09% observatórios sociais relação ao total de municípios do estado.

A principal forma de auferir receita do Observatório é a doação de terceiros. Assim, o problema de pesquisa é investigar: “Qual o papel e como está se mantendo atuante o Observatório Social de São José?”. O objetivo geral desta pesquisa é demonstrar a importância do observatório para os cidadãos josefense e qual é a dificuldade de se manter em funcionamento, principalmente atravessando uma crise financeira e política nos últimos anos. Desta forma, os objetivos específicos são analisar o relatório atividade da organização, bem como suas demonstrações contábeis, demonstrando se houve impacto ou não da crise para o observatório e verificar como a organização se manteve nos primeiros anos de existência.

A justificativa que norteia esta pesquisa está na relevância do observatório para a sociedade de São José, bem como para o Estado de Santa Catarina, com a sua relevância de investigar e analisar os contratos, licitações e gastos públicos do Poder Executivo e Legislativo. A seriedade nas ações realizadas pela entidade faz com que aja a plena cidadania no controle social, contribuindo para que não ocorra supervalorização de licitações e contratos ou a má gestão dos recursos públicos do município de São José.

2- Referencial teórico

O referencial teórico deste trabalho divide-se em 3 partes: na primeira tem por objetivo apresentar as normas que são aplicáveis às entidades do terceiro setor; no segundo item trata-se das organizações sem fins lucrativos e no terceiro item de pesquisas anteriores sobre o terceiro setor

2.1 Normas aplicadas ao terceiro setor

A estrutura legal para as entidades do terceiro setor está presente no marco regulatório da lei 13019/2014, que demonstra de que forma uma entidade se classifica no





terceiro setor. Desta forma, as demonstrações contábeis que devem ser evidenciadas pelas entidades do terceiro setor (sem fins lucrativos), são elas: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Período (DRP), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCF) e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2012).

Assim, no balanço patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No BP e na DRP, na DMPL e na DCF, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período (NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE, 2012).

Ainda há dificuldade de entendimento da sociedade em relação ao terceiro setor, pois não significa necessariamente que a uma instituição não visa fins lucrativos que ela se denomina com uma entidade de terceiro setor.

A respeito disso, Nunes (2006, pg.27)

Há uma grande discussão entre os estudiosos do assunto como o critério a ser adotado para diferenciar a panacéia de entidades sem fins lucrativos que são criadas, todos os dias, do chamado terceiro setor.

2.2 Organizações sem fins lucrativos

As organizações sem fins lucrativos ou terceiro setor vem ao longo dos anos tendo mais visibilidade no Brasil. Assim, as entidades sem fins lucrativos é conjunto de organizações filantrópicas, não-governamentais e sem fins lucrativos que através das suas atividades buscam aumentar os valores básicos da população, como: cidadania, a liberdade e a dignidade (COLPO et al.2016).

No Brasil o terceiro setor começou a ganhar força a partir do final da década de 80 e início da década 90. O termo terceiro setor nesta época foi definido como um conjunto de entidade da sociedade civil pública, mas sem objetivo de lucro (SANTOS 2012).

As entidades sem fins lucrativos têm uma importância dentro da sociedade, mas a transparência de como elas funcionam e como realizam as suas atividades ainda é um tanto desconhecida. Para explicitar quais são as organizações que se enquadram sendo sem fins lucrativos, a Lei N° 10.406/2002- Art. 44 defini:

São pessoas jurídicas de direito privado:

- I – as associações;
- II – as sociedades;
- III – as fundações;
- IV – as organizações religiosas;
- V – os partidos políticos;
- VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada.

Atualmente no Brasil, as entidades sem lucrativos chegam a aproximadamente





220 mil. Ao todo registrasse que o número de voluntários das instituições sem fins lucrativos é de 12 milhões de pessoas (CARVALHO, 2004). Desta maneira, percebe-se o envolvimento da população brasileira com as entidades de terceiro setor.

As organizações do terceiro setor têm por característica ser sem fins lucrativos (não visarem lucros). As entidades que não têm finalidade de lucro congregam objetivos sociais, filantrópicos, culturais, recreativos, religiosos ou artísticos. São constituídas com missão e valores voltados para o bem comum e representam um universo sistematizado e organizado para desenvolver ações sociais (BAREA, 2008).

Com isso, no próximo tópico demonstram-se os estudos similares de organizações fins lucrativos.

2.3-Estudos Similares

A figura do terceiro setor sempre existiu na sociedade brasileira desde a sua colonização, mesmo apresentando características diferentes como organizacional e legislativa. As ações sociais de pequenos grupos como, por exemplo, igrejas sempre tiveram atuantes no contexto social (GOMES E PORTES, 2012).

Melo (2015) avaliou o trabalho voluntário nas cidades brasileiras com mais de 10 mil habitantes investigando diferentes épocas e possíveis tendências do voluntário no Brasil. Para obtenção dos dados foram procurados dados do IBGE que realizou uma pesquisa com trabalho voluntário no Brasil no XX, mas não ocorreu a obtenção desses dados. Com isso, procurou-se outra fonte de dados possível, Associação Brasileira de ONGs (ABONG), mas apenas se restringiram aos seus associados. Por outro lado, a Receita Federal também não obtinha dados particularmente voltados dos voluntários das entidades. Desta forma, apenas foi utilizado os dados da ISER/IBOPE. Com isso, o resultado obtido revelou que as entidades fins lucrativos não fazem adequadas exigências sobre a profissionalização dos voluntários e com isso, interferem nos processos de trabalho que as entidades de terceiro setor se dedicam.

Carvalho (2004) buscou avaliar as informações relacionadas ao terceiro setor e as atividades de Marketing social e societal. Desta forma analisando o cenário de trabalho das entidades do terceiro setor. A obtenção de dados para pesquisa foi através de pesquisas bibliográficas em livros, dicionários, revistas, jornais e artigos pertinentes ao assunto. Desta maneira, o resultado obtido da análise foi que cenário do trabalho voluntário das entidades terceiro setor se enquadra nos trabalhos previstos para Século XXI, que os inúmeros trabalhos voluntários que instituições sem fins lucrativos podem realizadas se encaixa tanto no serviço social de forma beneficente, como trabalhos de áreas humanas e sociais que agregam mais conhecimento e somando-as para a construção de novas relações humanas.

Gomes e Portes (2012) analisaram a importância do terceiro setor assim como a importância da parceira e a defesa das entidades do terceiro setor, especialmente das organizações das Sociedades Cíveis de interesse público, os chamados (OSCIPs), bem como a importante ferramenta para o Estado na execução e efetividade no seu processo.





Com isso, o estudo revelou que mesmo o terceiro setor seja reconhecido como existente desde da colonização do Brasil e reconhecido na década 1930, ainda não é suficiente para sua plena finalidade. Em relação às OSCIPs revelou a importância delas para a administração pública. Mas, ainda há de ser melhorado a questão de burocracias fiscais e acabam por muitas vezes dificultando a efetividade nas ações das entidades de terceiro setor.

Colpo, Correa e Humia (2016), se propuseram em identificar os heróis das organizações de terceiro setor, muitas vezes são esses que conseguem apoiadores, voluntários e admiradores, através de ações e atividades que realizam na entidade. Os dados da pesquisa foram baseados em entrevistas de três organizações do estado do Rio Grande do Sul. A primeira é a APACA, que tem modelo de voluntariado voltado para os animais, o segundo é Lar Colmeia que tem por característica atender crianças que sofreram algum abuso ou violência e terceiro é o Projeto Criança Cidadã que atende jovens com alguma vulnerabilidade social. Com isso, os resultados obtidos foi possível perceber que as entidades de terceiro setor no Brasil enfrentam inúmeros problemas e não recebem muito auxílio financeiro e apoio dos voluntários. Em relação ao herói da organização de terceiro setor, o papel é o de incentivador, motivando e servindo de inspiração para os voluntários da entidade e ainda, muitos abdicam da própria vida para ajudar as organizações de forma voluntária.

Jacques et al. (2014), buscaram evidenciar como ocorre o financiamento das atividades desempenhadas pelas organizações de terceiro setor. A obtenção dos dados foi através de aplicação de questionário respondido pelas instituições estudadas. Desta maneira, com análise os resultados obtidos foram que cada instituição do terceiro setor predomina uma forma de financiamento. Em igrejas, sindicatos e a maioria das associações predominam a captação de recursos oriunda de pessoas físicas. Já os hospitais pesquisados os recursos são oriundos da esfera governamental, assim como de pessoa jurídica. E por fim, as ONGs predominam três captações recursos principais, que são: esfera governamental, pessoas físicas e jurídicas.

O Observatório Social de São José é titulado com uma organização da Sociedade Civil de interesse público os chamados (OSCIP). A questão da remuneração ou não dos voluntários é uma questão que gera certa dúvida. Com isso, é relevante que no Brasil essas instituições mais de 90% delas não chegam a ter cinco assalariados, mas 0,9% das entidades concentram cerca de mais de 100 empregados por organização (mais de um milhão de indivíduos empregados) (MELO, 2017).

3-Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa versa sobre um estudo de caso fundamentado em pesquisa documental descritiva com uma análise qualitativa. Tal pesquisa faz uso de relatórios financeiros disponibilizados pelo próprio Observatório de São José, assim como suas demonstrações contábeis dos anos de 2012 a 2016. Isto posto, a classificação





metodológica é considerada descritiva, pois a pesquisa descritiva busca relatar as características de tal população ou fenômeno (GIL, 2008).

Além disso, o presente trabalho é apontado como sendo uma pesquisa de metodologia qualitativa, assim como aponta Flick e cols. (2000) que a pesquisa qualitativa opta por estudar relações profundas em vez de estudar variáveis de maneira isolada.

O Observatório de São José é tido como amostra do presente trabalho, para que assim possa se realizar o estudo de caso. A coleta das demonstrações contábeis e relatórios dos anos 2011 à 2017 se deu através contato via meio de comunicação online da instituição e informações complementares em relação ao papel social, objetivo e outras informações complementares da instituição foi feita uma pesquisa no site institucional e uma entrevista na sede da entidade.

Tal estudo pode ser considerado limitado, pelo mero fato da análise ser executada com uma única organização, consequentemente, não se pode considerar quaisquer conclusões de maneira generalizada para outras organizações.

4-Observatório Social de São José (OSSJ)

4.1- Conhecendo o Observatório

No seu *site* institucional o Observatório Social de São José informa a sua missão, visão e valores, quando que começou a sua trajetória, a maneira que monitora e fiscaliza o Poder Legislativo e Executivo.

O Observatório Social de São José é composto por um espaço democrático e apartidário que reúne representativas da sociedade civil com a intenção de melhorar a gestão pública do município de São José. A entidade é regida através de estatuto, pela Lei nº 10406/2002 e pelas disposições legais aplicáveis, se caracterizada como uma pessoa jurídica do direito privado e se configura com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com prazo de duração indeterminado.

O observatório tem um papel importante para a população Josefense atuando de forma inovadora e eficiente como ferramenta de fiscalização e controle social, servindo transparência de licitações e compras do município em prol do cidadão. Para colaborar para a fiscalização a entidade conta com apoio de diversos tipos de cidadãos (além do quadro de administradores), para se voluntariar basta entrar no site da organização e preencher um formulário (cadastro de voluntários), assim podem participar do voluntariado: empresários, profissionais, professores, estudantes, aposentados e demais cidadãos sem filiação partidária e que tenham interesse na conquista da justiça social.

Como citado anteriormente, o OSSJ é uma entidade sem fins lucrativos e mantidos pela sociedade através de doações e aplicando na fiscalização dos recursos





públicos do Executivo e legislativo do município de São José/SC. Com o recurso de arrecadação de tributos, o observatório fiscaliza e minimiza as possibilidades de desvios, sendo por corrupção ou por função de deficiência na gestão.

Além das fiscalizações e monitoramento de licitações e compras da prefeitura de São José, a organização cuida do acompanhamento e avaliação de gestão das políticas públicas e dos gastos públicos como diárias (viagens), serviços terceirizados, consultorias, obras e outros gastos públicos. A organização tem mais dois enfoques, o primeiro levantando indicadores da atuação de vereadores, especialmente na apresentação de projetos de lei, bem como, a efetiva fiscalização da gestão e gastos do Poder Executivo e Legislativo. A segunda tem o foco de mobilizar os cidadãos em prol da melhoria da gestão pública, como: palestras, enquetes, panfletagem, audiência de prestação de contas e entre outros.

Criada em 2011, por diversas entidades da Sociedade Civil Organizada e cidadãos Josefense, OSSJ iniciou suas atividades técnicas apenas no ano de 2012. Desta forma, na sua subscrição definiu o seu negócio, missão, sua visão e valores da entidade. Definiu-se o negócio da organização como: “O controle Social – fiscalização da gestão pública municipal”, a missão da organização se dá: “Fiscalizar o Executivo e Legislativo do município de São José/SC, suas Políticas Públicas, atuando dentro dos conceitos de Controle Social, visando a conquista da justiça social e a efetividade dos serviços públicos”, a entidade tem uma visão de “Tornar-se referência nacional em termos de Controle Social”. Ainda, os valores da entidade são 7: Apartidarismo, Transparência, controle social, inovação, efetividade, justiça social e a sustentabilidade. Já os objetivos são se subdividem em 3: fiscalizar, estimular, interagir e fomentar. Tendo como característica, fiscalizar os recursos públicos, estimular os cidadãos a exercer plenamente sua cidadania, por meio do controle social e interagir e fomentar a efetividade do controle social.

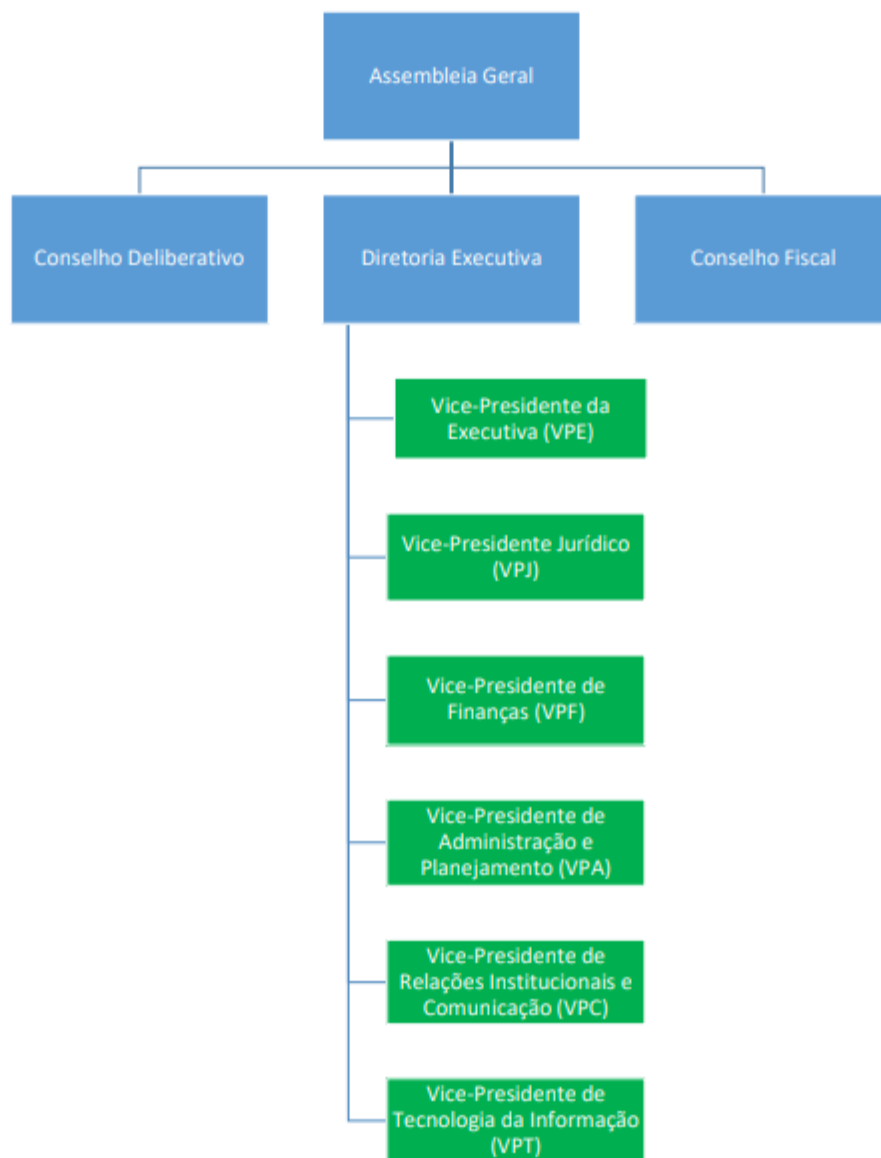
A entidade apresenta seu relatório anual de atividades feitas durante o período, demonstrando nestes 9 tópicos diferenciados, que são: a apresentação do observatório, o lado histórico da entidade, como e quando foi fundada e sua trajetória até o ano de 2017, as suas finalidades e objetivos, a estrutura organizacional da entidade(hierarquia), comunicação e o marketing que se trata dos meios de publicação da entidade, como por exemplo seu site institucional, parcerias e apoios, as formas de contribuir(que será explicado no tópico 4 neste presente artigo) e as atividades desenvolvida e em destaques.

Vale ressaltar no relatório de atividades 2017 a estrutura organizacional o novo estatuto social do Observatório Social de São José. A estrutura corporativa que será composta pelos seguintes Órgãos da Administração, com a incumbência de reger, supervisionar, administrar e fiscalizar os atos de gestão. Na figura 1 demonstram-se a estrutura organizacional do Observatório de São José.





Figura 1: Estrutura Organizacional do Observatório de São José



Fonte: Dados Relatório de Atividades do Observatório Social de São José

A estrutura organizacional do Observatório Social de São José é composta por uma administração geral, o conselho deliberativo, conselho fiscal e a diretoria executiva. No seu site institucional não informa o número de pessoas ou os nomes de quem faz parte da administração geral da entidade, mas no mesmo, o conselho deliberativo é composto por 5 pessoas, além de ex-presidentes da instituição que realizam voluntariado neste





conselho. A parte do conselho fiscal é composto por 6 pessoas, que tem a sua maioria graduados em Ciências Contábeis. E por fim, a diretoria executiva onde está alocado o presidente da entidade, neste são composto por 7 pessoas, sendo o presidente e vice-presidentes de cada seção exposto na Figura 1.

4.2- Relatórios de atividades realizadas pelo Observatório Social de São José

O Observatório Social de São José (OSSJ) ao longo da sua trajetória vem investigando diversos contratos, licitações e leis dos poderes legislativos e executivos. Antes de entrar nas principais atividades desenvolvidas pela entidade no ano de 2017, vamos lembrar no ano 2017 quando o observatório foi matéria a nível nacional em relação a dois eventos distintos, o primeiro em relação a compra de papel higiênico e outra em relação ao gasto de uma pavimentação de uma rua.

O caso do papel higiênico foi noticiado pelo programa “Fantástico” da rede globo. Segundo a matéria veiculada no dia 06/11/2017, fato da prefeitura de São José ter comprado o equivalente a 6 mil fardos de papel higiênico em 2012 e conforme especialistas essa quantidade era para ser usado por uma década. Segundo a prefeitura de São José “no ano de 2016, essa quantidade quase já foi toda utilizada e após isso, a prefeitura lançou um novo edital comprando mais 1,5 mil fardos”.

Na mesma matéria veiculada no dia 06/11/2017 pelo site da Rede globo de comunicações. Segundo, o presidente do Observatório “A prefeitura de São José gastou cerca de R\$ 700 mil para pavimentação de uma rua de 800 metros, além do alto valor para pavimentação, a mesma em poucos meses já encontrava fissuras, buracos e esfarelamento do asfalto”. Ambos os casos foram encaminhados para Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Após expor os principais casos que a entidade apurou na sua continuidade, demonstram-se as atividades desenvolvidas no ano 2017. Ao longo do ano, os diretores e demais representantes do quadro administrativos participaram de diversas palestras, cursos e conversas tanto para aperfeiçoar as suas técnicas, quanto para demonstrar suas atividades para a sociedade e com isso captar novos voluntários para o observatório ou para ajudar os observatórios de outros municípios.

Além das participações em eventos, os voluntários se dedicaram na investigação de licitações e contratos dos poderes legislativos e executivos de São José. Os voluntários do observatório realizam estudo de cada caso específico, estudando a legislação, a doutrina e a jurisprudência aplicada para cada contrato e licitação investigada. Ao todo foram 33 denúncias por irregularidades encontradas e todas encaminhadas para Tribunal de Contas.

No seu relatório anual de atividades uma irregularidade apurada pelo observatório se destaca das demais. A equipe de voluntários estudou a legislação, doutrina e a jurisprudência sobre o processo legislativo do município de São José e realizou um diagnóstico de como funcionava a Câmara Municipal. O resultado deste





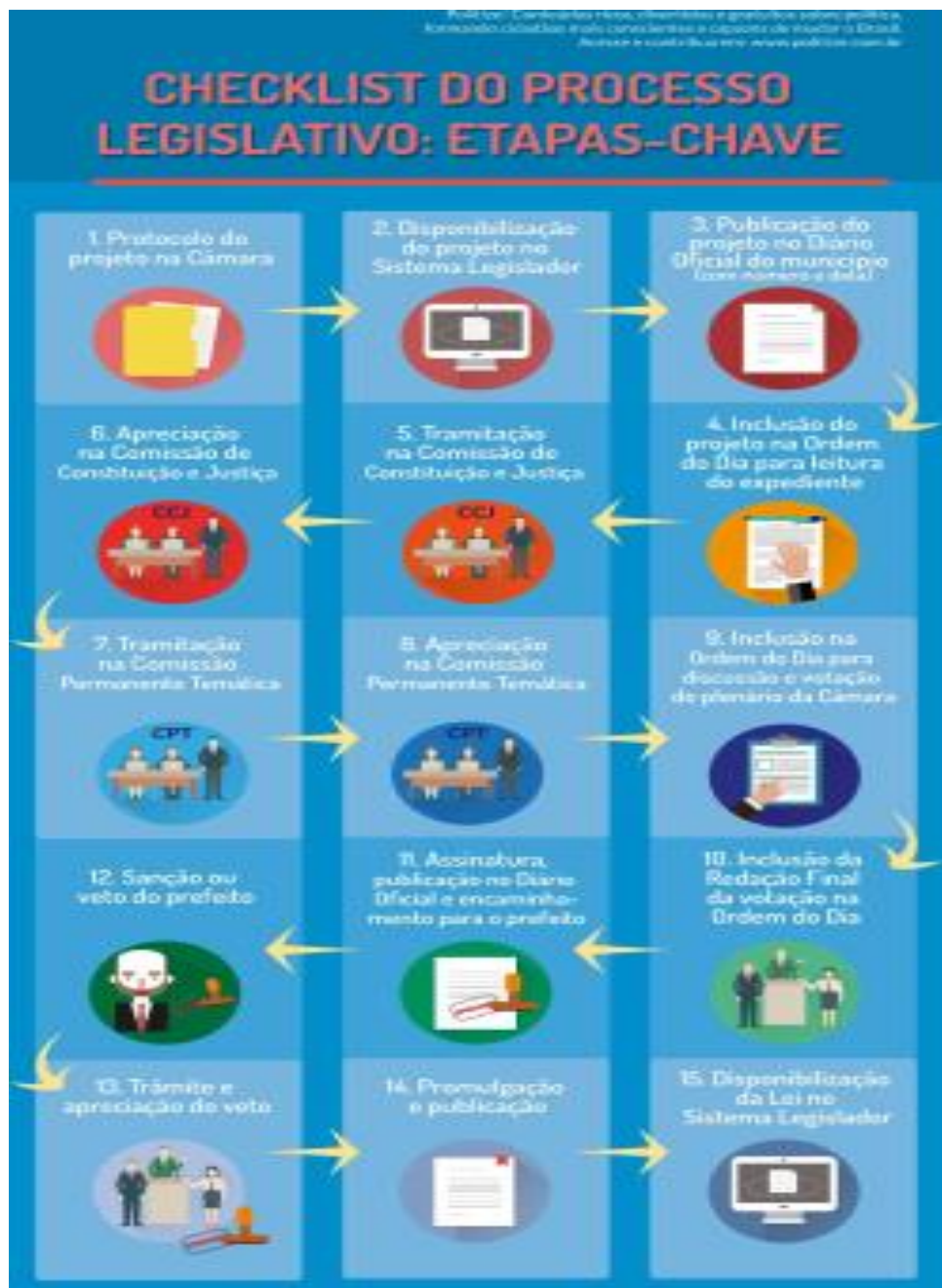
estudo verificou que os poderes legislativos municipais, em todo país, não publicaram os atos intermediários do Processo Legislativo no Diário Oficial, desta forma ferindo a legalidade, transparência, publicidade e perenidade aos atos oficiais praticados pelas Câmaras Municipais.

Em função deste caso o Observatório Social de São José criou *checklist* das etapas do processo legislativo municipal que deve abranger a concepção do projeto de lei até a aprovação. Deste modo, na figura 2 demonstram-se as etapas chave para Processo Legislativo.





Figura 2: Checklist do processo legislativo: Etapas-chave



Fonte: Dados do Relatório de Atividades do Observatório Social de São José.





O *checklist* feito pelos voluntários do observatório é composto por 15 etapas distintas que passam desde “Protocolo do projeto da Câmara até Disponibilização da lei no Sistema Legislador”. As etapas propostas demonstram a ideia de levar as decisões dos projetos de lei para o conhecimento da sociedade. Com a intenção de colocar em sistemas eletrônicos ao alcance da população Josefense. Além de servi para a utilização do Poder legislativo do município, o *checklist* pode ser utilizado para os outros municípios do estado de Santa Catarina.

4.2-Relatórios Financeiros

Nesta seção demonstram-se os resultados financeiros obtidos em relação o Observatório, que são as suas: demonstrações contábeis desde fundação até o ano de 2016 e o relatório atividades do ano 2017. Como citado anteriormente a entidade teve o seu início da sua das atividades no ano de 2011. Para fins de análise da demonstração de resultado de exercício os anos de 2011 e 2017 não serão abordados, pois em 2011 os números são irrisórios comparados aos outros anos estudados e ano 2017 não será tratado porque a entidade até busca da base de dados não tinha finalizado a sua demonstração por completo.

Com isso, essa seção subdividi em quatro partes: a primeira parte demonstrando as receitas que a entidade obteve tanto com doações ou com outras formas de ganho; na segunda parte verificar em relação às despesas que a organização obteve nos anos estudados; a terceira se referi fazer uma análise sobre os resultados obtidos na demonstração do resultado do exercício e demonstrar impacto da crise socioeconômica sobre o observatório e quarta parte fazendo a relação do observatório com os estudos similares.

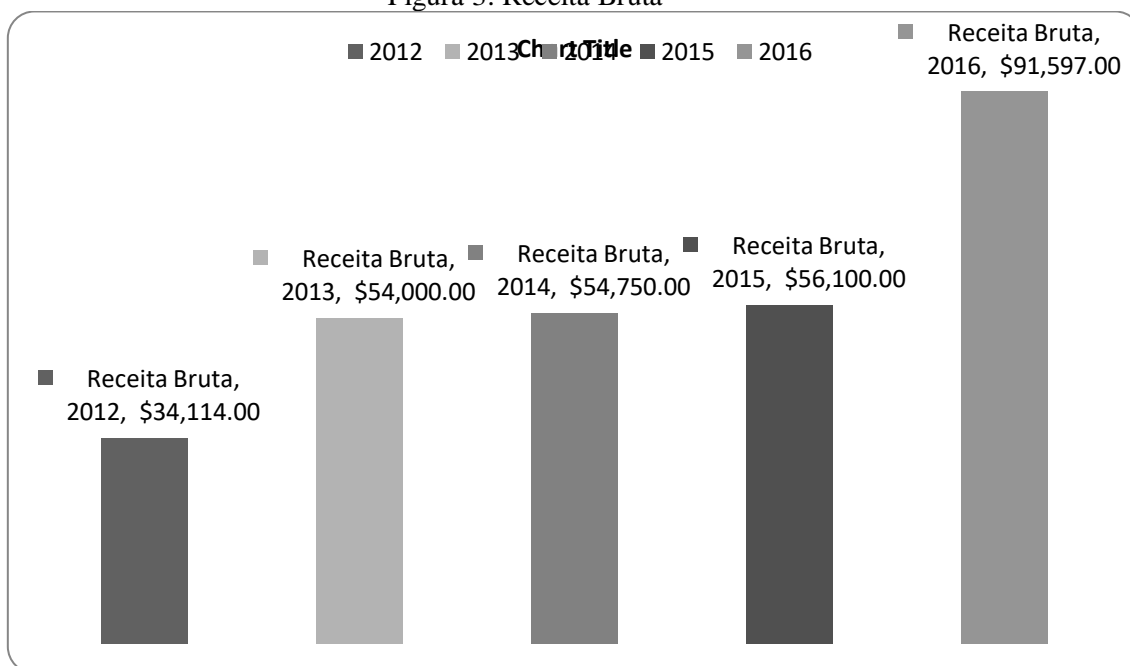
4.2.1- Receitas ou outros ganhos da entidade

Neste tópico esclarecer como se deu a receita bruta da organização durante os anos de 2012 a 2016. Com isso, demonstra-se Figura 3 com as receitas dos anos de 2012 a 2016.





Figura 3: Receita Bruta



Fonte: Dados do Observatório Social de São José.

Analizando o gráfico de receita bruta da Figura 3, do Observatório Social de São José, ela vem ao longo da sua trajetória obtendo um aumento na sua receita bruta. Vale destacar o aumento considerado de 61,25% do ano de 2015 para o ano 2016, no período onde a crise socioeconômica teve o seu ponto mais crítico.

A maioria das organizações sem fins lucrativos se mantém funcionando principalmente através de doações e com o observatório não é diferente. A grande maioria das suas receitas advém com a doação de terceiros. A organização tem em seu site institucional as formas bem claras de como realizar as doações. A primeira se dá através da adesão na conta de luz do doador, uma forma de fidelizar o doador com contribuições mensais ou através de depósito ou transferência para conta bancária da organização.

Desta forma, a entidade obteve exclusivamente a doação como única forma de receita dos anos de 2013 a 2016. “No ano 2012, o observatório obtinha na sua demonstração de resultado do exercício uma receita denominada “Mensalidades” com o valor total de R\$ 5.942,00 e R\$ 28.172,00 foi receita de “ Doações ou contribuições em espécie. Essa conta nos outros anos foi extinta e foi incorporada para a conta “Doações ou contribuições em espécie”, após a implantação do sistema mais fácil de doação.

Com isso, analisando que a organização vem crescendo seus ganhos e recebendo





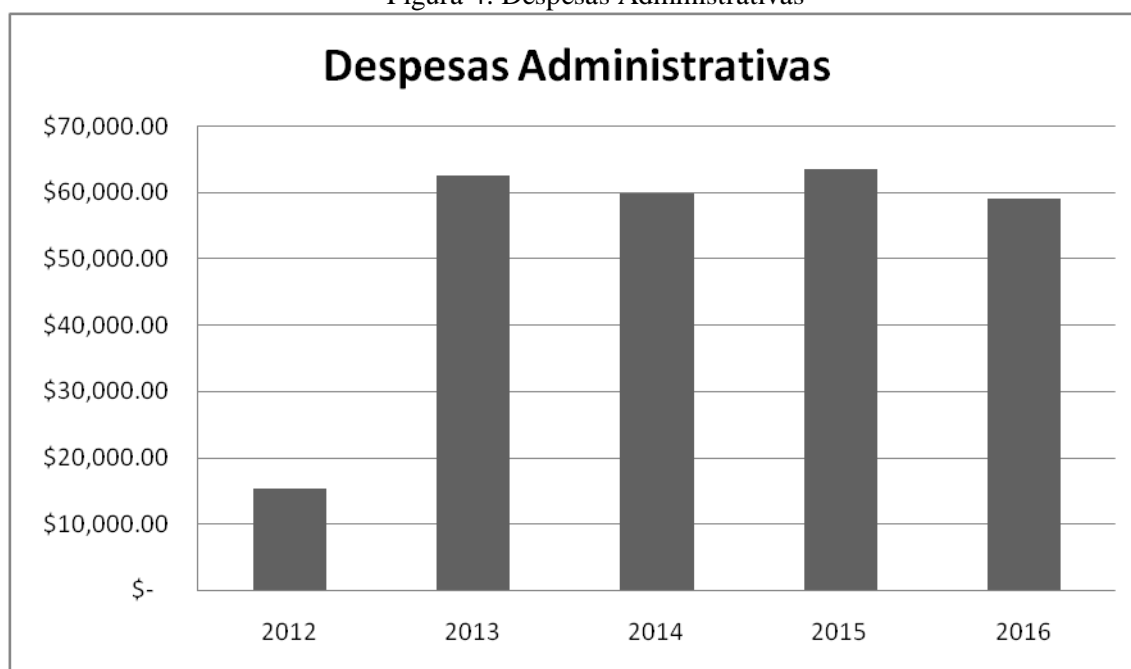
mais apoio da sociedade através de doações, mantendo uma constante na sua receita dos anos de 2012 a 2015 e aumentando sua receita no ano seguinte. Em relação a receita, concluir-se que a entidade não sofreu com o impacto com a crise socioeconômica que o Brasil sofreu entre anos de 2014 a 2016.

4.2.2- Despesas e Gastos

Nesta seção são evidenciados as despesas e gastos que a entidade obteve nos anos estudados. Como sabemos, a entidade se trata de uma organização sem fins lucrativos e desta forma, as suas despesas e gastos são na sua maioria compostas por despesas operacionais.

Com a figura 4 demonstra-se o total de despesas que a organização obteve em seus anos de funcionamento.

Figura 4: Despesas Administrativas



Fonte: Dados do Observatório Social de São José

Diferente do gráfico que foi demonstrado da receita bruta os totais dos anos, neste demonstra a evolução das despesas ao longo do tempo. Como podemos perceber, a partir do ano de 2012 houve um aumento considerado em relação as suas despesas, com um percentual de aumento de 407,24% em relação ao ano de 2013.

O advento deste o aumento tão drástico na despesa da entidade se dá pelas





incorporações de novas despesas em sua demonstração de resultado de exercício. Vale destacar duas contas, a conta denominada de “Estágio” e outra já existente na demonstração do resultado do exercício de 2012, denominada de “Depreciação e amortização”. A primeira se trata de uma conta criada a partir do ano de 2013, com um valor total de R\$ 25.459,66 e a seguinte ocorreu um grande aumento de 2012 para 2013 de R\$ 173,70 para R\$ 2369,00. Desta forma, o aumento das despesas tão considerada de um ano para outro tem por consequência, principalmente na contratação de estagiários e a compra de imobilizados pela entidade.

A partir do ano de 2013 as demais despesas da entidade se mantiveram praticamente constantes, oscilando pouco através dos anos de 2013 até 2016.

Durante estes anos as contas se mantiveram praticamente as mesmas, com adventos de novas contas e saídas de outras, mas só a partir da demonstração de 2015 que o observatório reconheceu uma despesa com honorários contábeis no valor de R\$ 2.996,06. Desta maneira, o observatório tem um voluntariado que prepara as demonstrações contábeis da entidade, pois no ano subsequente a entidade não obteve o mesmo encargo de despesa.

Desta maneira, podemos concluir em relação as despesas, a organização vem se mantendo em longo da sua trajetória praticamente constante.

4.2.3- Resultados Financeiros

As organizações sem fins lucrativos têm especificações diferentes na legislação comparada as organizações privadas. Uma delas se referi ao resultado do exercício, que nas organizações privadas se denominada sendo lucro ou prejuízo, já nas entidades sem fins lucrativos se denominam de superávit ou déficit, pela razão que essas não distribuem lucro.

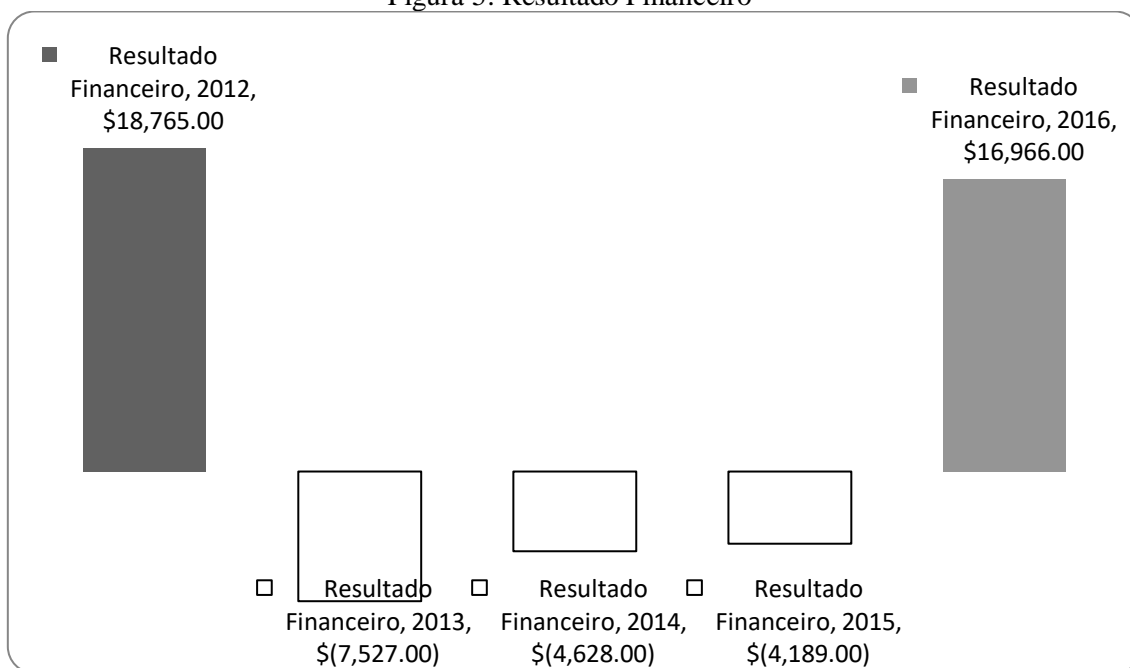
Desta maneira, o OSSJ ao longo da sua continuidade vem ocorrendo superávit e déficit nos seus resultados financeiros, quando a ocorrência de superávit ou déficit essa é transferida para a conta “superávit ou déficit acumulado” no Balanço Patrimonial da entidade no Patrimônio Social.

A Figura 5 demonstra-se qual o total de resultado financeiro que o observatório obteve durante seus exercícios sociais.





Figura 5: Resultado Financeiro



Fonte: Dados do Observatório Social de São José

Como aconteceu nas receitas e nas despesas, não iremos demonstrar o resultado de 2011.

As maiorias das instituições que começam sua trajetória apresentam nos seus primeiros resultados financeiros déficits nas suas demonstrações. Apesar de começar em seu primeiro exercício social completo com um superávit de R\$ 18.765,00, a entidade ocorreu déficit nos próximos três anos, resultado que pode explicado pela organização está criando despesas para gerar um superávit no futuro.

Após 3 anos incorrendo déficits em seus resultados, a entidade obteve um superávit de R\$ 16.999,00. Esse resultado pode ser explicado pelo o aumento das doações em dinheiro pela diminuição de despesas operacionais neste período.

4.3- Análise de dados e relação com pesquisas similares

Os estudos anteriores comparado com observatório trazem um aspecto comum entre eles, a dificuldade de obtenção dos dados no site institucional. Como citado nos estudos similares, os autores tiveram uma certa dificuldade de obtenção do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

Além disso, percebe-se que não é apenas o Observatório que deixa de publicar





demonstrações obrigatórias, como: Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado do Período e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Desta maneira, consegue-se perceber que em algumas organizações se têm a dificuldade tanto de divulgação das demonstrações em seus sites, como a respeito da legislação vigente.

Neste estudo, demonstra-se as principais atividades da organização na sua trajetória e obtendo conhecimento de como funciona um observatório social. Outros estudos similares não chegaram a adentrar nas atividades das organizações, assim demonstrasse a importância deste estudo para entendimento de uma organização sem fins lucrativos.

5-Considerações finais

Essa pesquisa possibilitou entender o funcionamento do Observatório Social de São José, tanto como realizam as suas atividades e quais são suas principais formas receitas e despesas para a entidade. Desta forma, compreender a importância que uma organização sem fins lucrativos entrega para a sociedade em geral.

No que se refere as demonstrações do resultado do exercício, a receita da organização ao longo da sua trajetória obteve o maior valor no ano 2016, totalizando R\$ 91.597,00. Esse valor que corresponde um aumento percentual de 61,25% em relação ao ano de 2015. Tal aumento, mostra que em relação a receita não houve impacto da crise político-econômica na organização.

Quanto às despesas, pode-se destacar que ao longo da sua continuidade o observatório vem aumentando consideravelmente suas despesas. Caso que pode ser explicado como normal, pois a organização teve que auferir despesas para ter ganhos futuros. Vale ressaltar, que a partir do ano de 2013 até 2016 as despesas administrativas da organização se mantiveram praticamente constantes. Com isso, vale destacar o aumento das despesas do ano de 2012 para 2013, que passou de R\$ 15.364,00 para R\$ 62.569,00.

Com isso, os resultados financeiros da entidade demonstraram inicialmente um superávit no primeiro ano de análise e nos posteriores três anos seguidos déficits. Esta característica é normal para as organizações que estejam iniciando a sua trajetória, pela razão que precisam auferir despesas para ter ganhos futuros. Percebe-se que no ano de 2016, após sofrer três déficits seguidos o observatório conseguiu auferir um superávit de R\$ 16.966,00.

Desta maneira conclui-se que o Observatório Social de São José não sofreu de forma demasiada a crise político-econômica, os déficits e as oscilações nas receitas são normais para as organizações em geral, principalmente as sem fins lucrativos, pela razão que a principal forma de receita é através de doações. Em relação as suas atividades, o observatório obteve destaque nacional em dois casos distintos em 2016, que são: caso do





papel higiênico e do asfalto.

Como limitação de pesquisa, aponta-se que somente foi analisado o Observatório Social de São José, vale ressaltar que a obtenção dos dados foi de difícil acesso, pela razão que as informações não se encontram no seu site institucional da organização. Para pesquisas futuras, podem ampliar o número de observatórios analisados aplicando a mesma análise ou aprofundar questões de atividades realizadas pelos observatórios estudados. Vale mencionar que ainda há pouco estudo sobre observatórios sociais.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CARVALHO, Katia Santos de. **Gestão Estratégica no Terceiro setor e o seu efeito no atual papel do gestor**. 2004. 42 f. Monografia (Especialização) - Curso de Latu Sensus em Gestão Estratégica e Qualidade, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/9/katia%20santos%20de%20carvalho.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018

COLPO, Caroline Delevati; CORREA, Bianca Cunha; HUMIA, Ingrid. A jornada do herói em organizações do terceiro setor. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, p.253-266, dez. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/7500/5630>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.409. Aprova aITG 2002 - Entidades em finalidade de lucros. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 05 set. 2016

COMUNICAÇÕES, Rede Globo de. **Prefeitura em SC comprou papel higiênico suficiente para uma década, denuncia organização**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/organizacao-denuncia-gasto-de-prefeitura-de-sao-jose-na-compra-de-asfalto-e-papel-higienico.ghtml>>. Acesso em: 06 nov. 2017

FEDERAL, Senado. **Terceiro Setor**. Brasília: Si, 2015. 95 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509179/terceiro_setor_1ed.pdf>. Acesso em: 06 maio 2018

GOMES, Magno Federici; PORTES, Daniela Duarte. Administração pública e terceiro setor. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, p.136-139, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/664/pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018

JACQUES, Flávia Verônica et al. FORMAS DE FINANCIAMENTO DO TERCEIRO SETOR. **Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (iceac)**, Rio Grande, p.53-65, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/3335/3046>>. Acesso em: 11 jul. 2018

JOSÉ, Observatório Social de São. **Site institucional**. 2018. Disponível em: 11 jul. 2018

FRANÇA, R. D. de. Sistemas de controle no terceiro setor: um estudo exploratório das igrejas batistas da grande João Pessoa-PB. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-





Graduação Multi-institucional e Inter-regional em Ciências Contábeis da UNB/ UFPB/ UFPE/ UFRN, João Pessoa, 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeiras de balanços**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MELO, Marina Félix de. Dimensões plásticas do voluntariado na heterogeneidade do terceiro setor brasileiro. **Interações (campo Grande)**, Campo Grande, v. 19, n. 1, p.221-235, 16 fev. 2018. Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151870122018000100221&lang=pt#B3>. Acesso em: 11 jul. 2018

SANTOS, Suely Xavier dos. **Organização do Terceiro Setor**. Natal: Edunp, 2012. 175 p. Disponível em: <https://conteudo.unp.br/ebooks_ead/Organizacao_no_Terceiro_Setor.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2018

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2016.

